



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

ENSINO MÉDIO

CNE aprova as mudanças

“Grade curricular terá novas disciplinas e escolas ganham autonomia para priorizar áreas de interesse”

(DC, geral, p. 40)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 5/5/11



CLIPPING

| | | |
|--|-----------------|--------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Geral | Data: 5/5/11 |
| Assunto: Ensino Médio – CNE aprova as mudanças | | Página: 40 |

ENSINO MÉDIO CNE aprova as mudanças

Grade curricular terá novas disciplinas e escolas ganham autonomia para

DAYANE NUNES

As disciplinas de ciência, tecnologia, cultura e trabalho vão fazer parte do novo currículo do ensino médio. As mudanças foram aprovadas, ontem, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e dão mais autonomia às escolas públicas e privadas na elaboração da grade curricular. O ministro da Educação, Fernando Haddad, precisa homologar a proposta para que as mudanças entrem em vigor.

A proposta do CNE é tornar a grade curricular mais atrativa aos jovens e combater a desistência dos alunos do ensino médio. Cada escola vai poder escolher entre quatro áreas de atuação para focar o seu currículo.

De acordo com as novas regras, poderá aumentar ou diminuir o número de horas-aula das disciplinas fundamentais, como português ou matemática. Uma escola de uma região industrial, por exemplo, pode focar seu currículo na área de tecnologia e reduzir a carga horária de disciplinas de física e química.

No ensino médio, a atual carga mínima de estudo é de 2,4 mil horas, divididas em dois conjuntos de disciplinas: a base comum, com as matérias mais tradicionais, como português e matemática, e a base

diversificada, que traz os conteúdos eletivos, escolhidos diretamente pela escola. O aluno precisa ter sua carga horária dividida em 75% das matérias tradicionais e outros 25% da base diversificada.

O CNE também aprovou que a escola pode trabalhar até 20% de conteúdo à distância. Além disso, os estabelecimentos terão autonomia para aumentar o período letivo no turno da noite, dando mais tempo aos alunos para concluir os estudos.

O texto aprovado na tarde de ontem pelo CNE altera as diretrizes brasileiras para o ensino médio, em vigor desde 1998. A proposta foi estudada por oito meses pelo conselho.

Secretário avalia como positivas as medidas

Na avaliação do secretário estadual de Educação de Santa Catarina, Marco Tebaldi, as mudanças são positivas e o aluno será o grande beneficiado. Ele explica que a alteração aprovada ontem pelo CNE é conceitual e as escolas não vão precisar incluir novas disciplinas na grade curricular.

– É importante priorizar no ensino médio a relação com o trabalho para iniciá-lo no mercado de trabalho. Há muitas escolas catarinenses que já têm essa percepção, sendo que há casos em que alunos têm até uniforme diferenciado – diz o secretário.

priorizar áreas de interesse

Algumas alterações

ÊNFASE

Cada escola poderia escolher entre quatro áreas de atuação para focar o seu currículo: ciência, tecnologia, cultura e trabalho.

MONTAGEM DA GRADE

Conforme a ênfase escolhida, a escola pode aumentar ou diminuir o número de horas-aula das disciplinas da base nacional comum, que incluem disciplinas fundamentais como português ou matemática.

Uma escola que escolha cultura, por exemplo, pode aumentar as aulas de português e história e diminuir as de matemática e física.

ENSINO NOTURNO

Entre as mudanças possíveis do projeto que prevê a flexibilização do ensino médio estão a ampliação do curso noturno de três para quatro anos, com uma carga horária menor. O objetivo da mudança seria reduzir o cansaço de quem estuda nesse período. Outra possibilidade é ampliar o ensino à distância nessa modalidade.

ENFOQUE DAS DISCIPLINAS

A mudança também favorece que as escolas direcionem o ensino das disciplinas à sua área de atuação. Um estabelecimento com ênfase em ciência pode estudar português analisando textos científicos, por exemplo.



CLIPPING

| | | |
|--|------------------------|-----------------------|
| Veículo: Jornal de Santa Catarina | Editoria: Geral | Data: 5/5/11 |
| Assunto: Escola – Ensino médio adotará novas regras | | Página: online |

A ESCOLA

Ensino Médio adotará novas regras

Projeto prevê que instituições tenham mais autonomia

BRASÍLIA - O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou ontem o projeto das novas diretrizes do Ensino Médio, que prometem dar maior autonomia às escolas para definir currículos e o enfoque das disciplinas, entre outras mudanças.

O projeto, debatido há oito meses, servirá para combater os índices ruins do Ensino Médio no país.

Ajustes ainda serão feitos no texto, mas o conteúdo das diretrizes não deverá sofrer alteração. A seguir, o projeto precisa ser homologado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. Assim que isso ocorrer, as escolas poderão definir uma área de atuação para montar o projeto pedagógico – ciência, tecnologia, cultura ou trabalho.

A intenção de dotar as escolas de mais autonomia é dar subsídios ao desenvolvimento das potencialidades de cada comunidade. Uma escola de uma região industrial, por exemplo, poderia focar a área de tecnologia, abrindo mais espaço às disciplinas de Física e Química.

Especialista faz ressalva sobre as alterações aprovadas

As disciplinas obrigatórias, porém, não podem deixar de ser ministradas. A ideia se contrapõe ao ensino voltado basicamente para a aprovação no vestibular.

– O Ensino Médio não é o trampolim para a universidade. Pode preparar para a universidade, mas essa não é a sua única missão. Tem de preparar para a vida, servir para o mundo do trabalho e da cidadania
– defende o conselheiro José Fernandes de Lima, relator do texto.

Doutora em Educação, a professora Helena Sporleder Côrtes considera que a proposta é interessante, mas faz ressalvas. Antes de tudo, é preciso conferir se haverá alguma alteração substancial no projeto. A seguir, levanta a questão sobre o modo como as escolas usarão essa liberdade para mexer na grade curricular, por exemplo.

– Ampliar a formação, em nível médio, em uma determinada área pode ser muito saudável. Mas isso não pode prejudicar aquilo que antigamente chamávamos de base comum. O papel da escola é ensinar Português, Matemática e Ciência. É para isso que as pessoas vão à



escola. Por mais que se queira privilegiar a área humanística, uma criança precisa conhecer as quatro operações matemáticas, por exemplo – afirma a especialista.

O QUE PREVÊ O PROJETO

Ênfases

- Cada escola poderia escolher entre quatro áreas de atuação para focar o seu currículo:
- Ciência
- Tecnologia
- Cultura
- Trabalho

Montagem da grade

- Conforme a ênfase escolhida, a escola pode aumentar ou diminuir o número de horas-aula das disciplinas da base nacional comum, que incluem Português e Matemática. Uma escola que escolha cultura, por exemplo, pode aumentar as aulas de Português e diminuir as de Matemática.

Enfoque das disciplinas

- A mudança também favorece que as escolas direcionem o ensino das disciplinas à sua área de atuação. Um estabelecimento com ênfase em Ciência pode voltar os estudos de Português para a análise de textos científicos, por exemplo.

Ensino noturno

- Entre as mudanças possíveis estão a ampliação do curso noturno de três para quatro anos, com uma carga horária menor. O objetivo da mudança seria reduzir o cansaço de quem estuda nesse período. Outra possibilidade é ampliar o ensino a distância nessa modalidade.



CLIPPING

| | | |
|--|-------------------------------|-------------------------|
| Veículo: A Notícia | Editoria: AN.joinville | Data: 05/05/2011 |
| Assunto: Escola Francisco Eberhardt | | Página: 12 |

Escola Francisco Eberhardt Portas fechadas. Mais uma vez

Com a interdição da Vigilância Sanitária, 346 estudantes não terão aula hoje

Assim como em 2007 e 2008, mais uma vez a Escola Estadual Francisco Eberhardt, em Pirabeiraba, foi interditada pela Vigilância Sanitária. Segundo a fiscal Lia Renata Abreu, os motivos ainda são os mesmos. Banheiros inutilizáveis e salas de aula com muitas goteiras são as situações mais graves registradas pelo órgão. A escola atende 346 alunos do ensino fundamental, com sete turmas

de manhã e outras sete à tarde. A interdição deve durar até o Estado resolver o problema. Enquanto a Gerência Regional de Educação não encontrar um local para acomodar esses estudantes, que podem ser transferidos para a Univille, as aulas estão suspensas.

“A escola passou por reforma em 2007 (quando ficou seis meses fechada), mas parece que nada foi feito. Já é a terceira vez que interditamos pelo mesmo problema”, explica Lia Abreu. Há salas com goteiras, banheiros com descargas e torneiras danificadas e os funcionários precisam usar o mesmo sanitário dos alunos, pois o deles está inutilizável, segundo a Vigilância Sanitária.

A gerente Heliete Steingraber reconhece os problemas da escola. “É uma situação histórica. Foram feitas algumas obras, mas parece que não foram suficientes”. Não há prazo para início das reformas. “Já passamos a recomendação para a SDR, que tem o poder de fazer a obra, mas ainda não foram nomeados os responsáveis pelas licitações, por isso não posso dar uma data”, justifica.

Para não prejudicar os alunos e normalizar as aulas, a Gered está em contato com a Univille para alugar sete salas. “O governo vai arcar com o transporte e os alunos terão aula em local apropriado para não ter prejuízo ao ano letivo deles”, fala.




PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
SECRETARIA DA SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA À SAÚDE
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INTERDITADO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SEM CONDIÇÕES DE USO

Entre os problemas encontrados pelos fiscais, estão as goteiras e as más condições dos banheiros



CLIPPING

| | | |
|--|------------------------|---------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Geral | Data: 5/5/11 |
| Assunto: Educação em risco – Vigilância sanitária interdita escola no Norte | | Página: 47 |

EDUCAÇÃO EM RISCO

Vigilância Sanitária interdita escola no Norte

A Escola Estadual Francisco Eberhardt, em Pirabeiraba, Joinville, foi interdita pela terceira vez pela Vigilância Sanitária. Os motivos apontados foram banheiros inutili-

záveis e salas de aula com muitas goteiras. A escola atende 346 alunos do ensino fundamental em turmas de manhã e à tarde e deve ficar fechada até o Estado resolver o problema.



CLIPPING

| | | |
|--|-------------------------|-----------------------------------|
| Veículo: Notícias do Dia de Joinville | Editoria: Estado | Data: 30/04 e 1/05/2001 |
| Assunto: Aulas somente durante o dia | | Página: 2 |

ESCOLA LAURO ZIMMERMANN

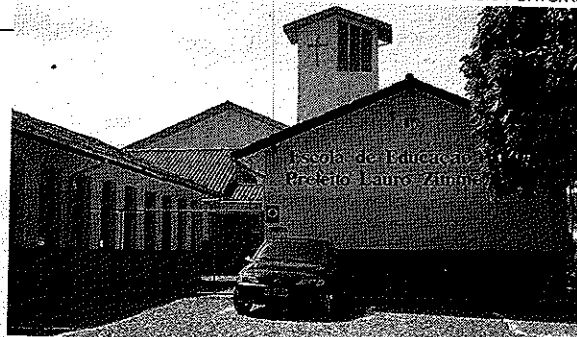
Aulas somente durante o dia

GUARAMIRIM – Os 508 alunos do turno diurno da Escola Estadual Lauro Zimmermann, no Centro de Guaramirim, voltam às aulas nesta segunda (2), depois de duas semanas sem es-

tudar. A escola estava interditada e foi parcialmente reformada. De acordo com o diretor Ronaldo Guerra, a cozinha, a área externa e a sala de informática já estão reestruturadas de acordo com

as exigências da Vigilância Sanitária. Mas ainda é preciso uma revitalização completa para que os 322 estudantes que estudam à noite voltem para a unidade. A licitação deve sair em maio.

**Reformas.
Escola esteve
fechada por
duas semanas**





CLIPPING

| | | |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Veículo: Notícias do Dia de Joinville | Editoria: Cidade | Data: 03/05/2001 |
| Assunto: Alunos do diurno retornam à Lauro Zimmermann | | Página: 12 |

Alunos do diurno retornam à Lauro Zimmermann

A volta às aulas dos 508 alunos do turno diurno da Escola Estadual Lauro Zimmermann, no Centro de Guaramirim, foi tranquila. Depois de passarem nove dias letivos sem estudar, os jovens voltaram ontem para uma escola parcialmente reestruturada, depois de passar por duas interdições somente neste ano. Um novo fogão e uma reforma na cozinha permitiram que as merendas quentes voltassem a ser servidas, de acordo com exigências emergenciais da Vigilância Sanitária.

Também foram instalados dois tanques para que os auxiliares de serviços gerais

voltassem a trabalhar e, com a substituição do piso na sala de informática, o cheiro insuportável de mofo que impedia as aulas no espaço, acabou. Ainda não está definido como os dias perdidos serão repostos. Os 322 estudantes da Lauro Zimmermann que estão estudando a noite na Escola Almirante Tamandaré desde o início do ano letivo só voltarão para a unidade depois de uma reforma completa. De acordo com o diretor Ronaldo Guerra, a gerência regional de ensino deverá se manifestar sobre a reposição das aulas nas próximas semanas.

Recorrente, Escola Lauro Zimmermann, do Centro de Guaramirim, foi interdita duas vezes neste ano





CLIPPING

| | | |
|---------------------------------|------------------------------|-------------------------|
| Veículo: Notícias do Dia | Editoria: Ponto Final | Data: 05/05/2011 |
| Assunto: Creche | | Página: 31 |

Creche

Depois que a prefeitura da Capital receber oficialmente as instalações da Escola Básica Estadual Celso Ramos, a Secretaria municipal de Educação conseguirá adequar o espaço em 15 dias para instalar a Creche Santa Terezinha, com 115 crianças. Após as reformas necessárias, a capacidade total chegará a 500 vagas, aliviando bastante a demanda da região central da cidade.



Reunião. Representantes do Maciço do Morro da Cruz foram recebidos na Secretaria da Educação



CLIPPING

| | | |
|--|-------------------------|-----------------------------------|
| Veículo: Notícias do Dia de Joinville | Editoria: Cidade | Data: 30/04 e 1/05/2001 |
| Assunto: Com água as aulas voltam | | Página: 13 |

Com água, as aulas voltam

Expectativa. Quase mil alunos da Escola Alicia B. Ferreira, do bairro Profipo, esperam conserto da caixa de dez mil litros para retornar à rotina

Os 945 alunos da Escola de Educação Básica Alicia Bittencourt Ferreira, no bairro Profipo, devem voltar às aulas nesta terça-feira à tarde. Eles ficaram sem estudar durante os últimos cinco dias letivos, porque a unidade foi interditada pela Vigilância Sanitária por falta de água. De acordo com a diretora Marli Dietrich da Rosa, a caixa de dez mil litros que abastece a escola quebrou e somente a SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville) poderia fazer o conserto.

Na terça (26), a fiscal sanitária Lia Renata Abreu interditou a instituição por entender que, sem água, não existem condições mínimas para que quase mil crianças e adolescentes frequentem o ambiente. “A cisterna instalada no local estourou e não consegue jogar água para a caixa. Não tem como ficar sem água. Por isso, interditamos”, explicou na sex-

ta-feira passada, conforme reportagem publicada no ND do fim de semana.

De acordo com a diretora Marli, um técnico responsável pela reforma da escola em 2006 esteve na unidade na semana passada para avaliar o problema. “No mesmo dia (terça) da interdição teve um engenheiro da Gerei aqui olhando e na sexta veio o engenheiro responsável pela reforma antiga para avaliar o que houve e o que poderia ser feito”, explica. Ontem, ela esperava a conclusão do reparo para poder informar para os pais quando as aulas seriam retomadas.

De acordo com a gerente regional de Educação, Heliete Steingraber, a responsabilidade nestes casos é da SDR. “Nós suplicamos e esperamos pelo conserto”, comentou. Ainda não foi definido como as aulas serão repostas, mas é possível que isso ocorra em alguns dias das férias de julho.



FÉRIAS

Reposição dos dias letivos perdidos deve ser feita nas férias de julho.

Decisão. Vigilância Sanitária determinou a interdição da escola ao saber da falta de água



CARLOS JUNIOR/ND



CLIPPING

| | | |
|---|---------------------------|-----------------------|
| Veículo: http://www.adjorisc.com.br/ | Editoria: Educação | Data: 3/5/11 |
| Assunto: Prorrogadas as inscrições do Pré-vestibular da UFSC/SED até 11 de maio, em 14 cidades do estado | | Página: online |

Prorrogadas as inscrições do Pré-vestibular da UFSC/SED até 11 de maio, em 14 cidades do estado

Podem se inscrever alunos que tenham concluído ou que estejam cursando o terceiro ano do ensino médio em escola pública

O curso Pré-vestibular da UFSC/SED, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, prorroga o processo seletivo até 11 de maio de 2011, nas cidades de: Blumenau, Brusque, Canoinhas, Caçador, Concórdia, Itajaí, Jaraguá do Sul, Lages, Mafra, Navegantes, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Lourenço do Oeste e São Miguel do Oeste.

Podem se inscrever alunos que tenham concluído ou que estejam cursando o terceiro ano do ensino médio em escola pública, que não estejam cursando ou tenham concluído curso superior, e que tenham disponibilidade para frequentar as aulas de segunda a sexta-feira, no respectivo horário de aula da unidade do Pré-vestibular da UFSC escolhida pelo candidato.

Os critérios de seleção são o histórico escolar do ensino médio, e a renda sócio-econômica familiar. Os dados são avaliados, e quem tem as melhores notas e, comprovadamente, menor condição de pagar um curso particular tem preferência para a vaga. Não é aplicado prova.

As inscrições ocorrem até as 18h do dia 11 de maio de 2011, e este será o único processo seletivo do ano. Os interessados devem acessar o site www.prevestibular.ufsc.br, ler atentamente o edital, preencher o formulário de inscrição, imprimi-lo e assiná-lo. Feito isso, o candidato deverá enviar o comprovante do requerimento de inscrição e as fotocópias dos documentos exigidos via correio para a secretaria do Pré-vestibular da UFSC, ou entregá-los pessoalmente na unidade escolhida para frequentar o curso, nos dias 9, 10 ou 11 de maio de 2011, nos respectivos horários estabelecidos no edital.

Confira maiores informações no site do curso Pré-vestibular da UFSC (www.prevestibular.ufsc.br), e conheça mais deste projeto, que aprovou 64% de seus alunos nas universidades públicas do sul do país, e este ano estará presente em 29 cidades do estado.



| UNIDADE | ESCOLA |
|--------------------------|--------------------------------|
| BLUMENAU | EEB PEDRO II |
| BRUSQUE | EEB FELICIANO PIRES |
| CAÇADOR | EEM IRMÃO LEO |
| CANOINHAS | EEB ALMIRANTE BARROSO |
| CONCÓRDIA | EEB PROF OLAVO CECCO RIGON |
| ITAJAÍ | EEB DEP. NILTON KUCKER |
| JARAGUÁ | EEB ROLAND HAROLD DORNBUSCH |
| LAGES | EEB DE LAGES |
| MAFRA | EEB BARAO DE ANTONINA |
| NAVEGANTES | EEB JULIA MIRANDA DE SOUZA |
| RIO DO SUL | EEB PAULO ZIMMERMANN |
| SÃO BENTO DO SUL | EEM PROF ROBERTO GRANT |
| SÃO LOURENÇO DO OESTE | EEB RUI BARBOSA |
| SÃO MIGUEL DO OESTE | EEB SÃO MIGUEL |



CLIPPING

| | | |
|--|-------------------------|------------------------------------|
| Veículo: Notícias do Dia de Joinville | Editoria: Cidade | Data: 30/04 e 1/05/x2001 |
| Assunto: 945 alunos sem aula no Profipo | | Página: 13 |

945 alunos sem aulas no Profipo

Educação. Problema em caixa-d'água em escola estadual teria motivado a interdição da unidade

THAIS MOREIRA
thais@noticiasdodia.com.br

Desde terça-feira (26), 945 alunos que frequentam a Escola de Educação Básica Professora Alicia Bittencourt Ferreira, no bairro Profipo, zona Sul de Joinville, estão sem aulas. A unidade foi interditada pela Vigilância Sanitária devido à falta da água. “A cisterna instalada no local estourou e não consegue jogar água para a caixa. Não tem como ficar sem água, por isso interditamos”, explica a fiscal Lia Renata de Abreu.

O problema causa dor de cabeça nos pais dos alunos. “O meu filho e outras crianças vão ser prejudicados. Já rolou um boato de que não vai ter férias por causa da falta de aula. E que culpa ele tem disso? A diretora diz que já implorou para arrumarem a caixa-d'água, mas até agora ninguém deu satisfação”, desabafa o marceneiro Sidnei Rosa, 56. O filho dele cursa a 4ª série.

A tia de um aluno que está na 1ª série diz

que esta não é a primeira interdição da unidade. “Ano passado também ficou quase dois meses sem aula porque a Vigilância interditou. A comida estava junto com os produtos de limpeza. As crianças foram postas para estudar na igreja e no centro comunitário. Assim, nenhuma delas passa de ano”, disse ela, que preferiu não se identificar.

Segundo Lia Abreu, a escola foi interditada outras vezes, mas passou por reformas. Quanto à falta da água, a diretora Marli Dietrich da Rosa espera que o problema esteja resolvido até segunda-feira (2). Um técnico da Gerência Regional de Ensino esteve na unidade nesta sexta para avaliar o caso. Ele fez o orçamento do conserto e iria encaminhar para a Secretaria de Desenvolvimento Regional.

“Eu acredito que terça-feira (3), se o problema for resolvido, a gente retome as aulas. Foi um acidente que poderia ter ocorrido em qualquer outro lugar”, afirma a diretora, que garantiu que as aulas serão repostas e desmentiu a suspensão das férias.

“**Eu acredito que terça-feira (3), se o problema for resolvido, a gente retome as aulas. Foi um acidente.**”

MARLI DIETRICH DA ROSA,
DIRETORA



FRAN CORREIA/AND

Sem pressão. Cisterna instalada dentro da escola quebrou e não consegue bombear água para a caixa



CLIPPING

| | | |
|--|---------------------------------------|-------------------------|
| Veículo: A Notícia | Editoria: AN. <i>Joinville</i> | Data: 05/05/2011 |
| Assunto: Governo do Estado doa terreno para a Udesc | | Página: 12 |

INFRAESTRUTURA

Governo do Estado doa terreno para a Udesc

O governo estadual, via SDR de Joinville, doou ontem à Udesc um terreno de pouco mais de 122 mil m². O espaço fica às margens da BR 101, no sentido Sul-Norte. No local serão construídas instalações para os cursos de graduação e pós-graduação. "Não havia como a Udesc crescer na área em que está hoje", disse Dieter Nermann, que é diretor da Udesc em Joinville.



CLIPPING

| | | |
|---|---------------------------------|-----------------------------|
| Veículo: Revista Isto É | Editoria: Ricardo Amorim | Data: 4/5/11- Ano 35 |
| Assunto: Como investir em educação | | Página: 130 |

COMO INVESTIR EM EDUCAÇÃO

É fácil ser pessimista com relação à educação no Brasil. Diariamente ouvimos histórias da falta de recursos e do descaso. Para piorar, os resultados dos estudantes brasileiros em exames internacionais são razão de vergonha nacional. No exame PISA (Program for International Student Assessment) de 2009, a educação brasileira ficou em 53º lugar entre 65 países, atrás de Trinidad e Tobago.

Entretanto, há cerca de 20 anos, iniciamos no Brasil uma despercebida correção de nossas maiores mazelas educacionais, que deve se acelerar ao longo das próximas décadas. Nos anos 90, começou um processo de inclusão educacional, com a universalização do acesso à educação básica, a elevação da escolaridade média e a expansão do acesso à universidade.

O número de universitários no País passou de 1,5 milhão em 1990 para 3,5 milhões em 2000 e para 6,5 milhões em 2010. O problema é que este avanço no acesso à educação deteriora os indicadores de qualidade do ensino. A população brasileira ficou mais educada, mas o nível médio do estudante universitário, refletido nos exames, piorou à medida que estudantes menos preparados passaram a ingressar nas faculdades. Quando comparamos a nota média dos alunos de 2000 com a média dos estudantes em 2010, desconsideramos que, dez anos antes, três milhões deles nem sequer chegavam à faculdade. Uma fotografia mais fidedigna da evolução da qualidade apareceria se comparássemos apenas as notas dos 3,5 milhões dos melhores alunos de hoje com as dos 3,5 milhões de dez anos antes.

A verdade é que a expansão do acesso à universidade ainda tem de progredir muito nas próximas décadas. Apesar de todo o avanço em inclusão nos últimos 20 anos, ainda hoje apenas um de cada cinco jovens brasileiros chega à universidade.

Também a qualidade de nossa educação vai melhorar gradualmente nas próximas décadas, por duas razões. A primeira é um sustentado aumento dos investimentos públicos em educação, possibilitado pelo forte crescimento econômico e consequente elevação da arrecadação de impostos. De 2005 a 2010, os gastos do governo com educação passaram de 3,9% para 5,4% do PIB e devem atingir 7,0% do PIB em 2014.

A segunda razão é demográfica. Com a forte queda da taxa de natalidade nas últimas décadas, o número de crianças e jovens em idade escolar e universitária cairá nas próximas décadas. Com mais recursos e menos alunos, o investimento por aluno aumentará consideravelmente, o que – salvo total desperdício do dinheiro gasto – deve resultar em melhor qualidade de ensino.

Tudo resolvido então? Claro que não. Precisamos acelerar muito a inclusão e a qualidade de nossa educação. A Coreia, país mais bem colocado no exame PISA (Xangai ficou em primeiro lugar, mas não foi apurada uma média para toda a China), mostra o caminho. Há 30 anos, a renda per capita na Coreia era similar à brasileira; hoje ela é duas vezes maior. Não por acaso. Na Coreia, para cada R\$ 1 que o governo gasta com crianças de até 15 anos, ele gasta R\$ 0,80 com aqueles com mais de 65 anos. Como consequência, os coreanos são líderes em qualidade de ensino e mais de 60% dos jovens coreanos chegam à universidade. No Brasil, para cada R\$ 1 de gasto público com crianças, são gastos R\$ 10 com idosos. A Coreia escolheu investir no futuro. O Brasil, no passado.

Ricardo Amorim é economista, apresentador do programa "Manhattan Connection", da Globonews, e presidente da Ricam Consultoria



CLIPPING

| | | |
|--|-------------------------|-----------------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Brasil | Data: 5/5/11 |
| Assunto: Coleta de dados para o censo deve ser feita até o dia 13 | | Página: online |

Coleta de dados para o censo deve ser feita até o dia 13

As instituições públicas e particulares de educação superior de todo o país tiveram prorrogado, até o dia 13 próximo, o prazo para informar, pela internet, os dados do Censo da Educação Superior de 2010. O prazo anterior expirou em 15 de abril. O levantamento abrange informações individualizadas sobre as instituições, cursos, professores e estudantes.

A qualquer momento, até o fim desse novo prazo, os pesquisadores institucionais das unidades de ensino, responsáveis pelo preenchimento das informações para o censo, podem fazer alterações e inclusões. Este ano, a coleta de informações estará integrada ao cadastro e-MEC, de forma a evitar que os dados sejam informados mais de uma vez para os diferentes sistemas do Ministério da Educação (MEC), agora baseados num mesmo cadastro de instituições e de cursos.

Encerrado o prazo de preenchimento das informações, as instituições de ensino terão o período de 16 a 23 próximos para verificar a consistência dos dados enviados. Em seguida, o sistema de recebimento será reaberto, do dia 24 deste mês até 13 de junho, para eventuais correções e validação das informações. Os dados consolidados serão divulgados no fim de julho.

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), oferece informações detalhadas sobre a situação dessa etapa do ensino no país. O levantamento reúne informações sobre instituições, professores, cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes.

O preenchimento dos dados deve ser feito exclusivamente na página eletrônica do censo. Confira todas as informações relativas aos novos prazos do censo na Portaria Inep n.º 85, de 12 de abril último.



CLIPPING

| | | |
|--|-------------------------|-----------------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Brasil | Data: 5/5/11 |
| Assunto: UNE e Ubes entregam 59 sugestões de emendas ao Plano de Educação | | Página: online |

UNE e Ubes entregam 59 sugestões de emendas ao Plano de Educação

Representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) entregaram ontem (4) ao presidente da Câmara, Marco Maia, 59 sugestões de emendas ao Plano Nacional de Educação (PNE) – PL 8035/10, que estabelece as metas do setor para 2011 a 2020. Entre elas, está a destinação de 50% do fundo social do pré-sal para o financiamento da educação e o estabelecimento de um percentual mínimo de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para os investimentos públicos na área.

De acordo com a Agência Câmara, esse percentual do PIB representa cerca de R\$ 367 bilhões por ano - R\$ 110 bilhões a mais do que o orçamento do setor para 2011. O PNE enviado pelo governo propõe a vinculação de 7% do PIB.

O presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), avaliou que o ponto central da discussão sobre o PNE será o financiamento do setor para garantir a melhoria do ensino. “A provocação dos estudantes é muito bem-vinda. Existem outros setores da sociedade que defendem ‘mais ousadia’ na questão educacional”, afirmou.

Gastão Vieira informou que a primeira audiência pública sobre o plano está marcada para a próxima quarta-feira (11). Para que as sugestões dos estudantes sejam incorporadas à discussão do plano, esclareceu, é preciso que algum deputado as apresente formalmente como suas.

Outra sugestão das entidades é a adoção de medidas para equiparar o número de universidades públicas ao de privadas. Atualmente, segundo a Ubes e a UNE, a relação é de 80% de unidades privadas para 20% de públicas. A diretora de Relações Institucionais da UNE, Marcela Rodrigues, explicou que os estudantes querem um PNE que assegure a democratização da universidade pública, estimule o acesso de jovens ao ensino superior, estabeleça mecanismos efetivos de financiamento para alunos e viabilize recursos para pesquisa e extensão.

A presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputada Fátima Bezerra (PT-RN), que também participou da reunião, vai conversar com o senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Comissão de Educação do Senado, para discutir uma estratégia comum para acelerar a tramitação do PNE.

Clipping

CNTE

Senadores cobram mais ousadia do governo nas metas para a educação

» Data: 05/05/2011
» Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
» Editoria: COMISSÕES
» Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
 ENSINO MÉDIO
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

| | |
|-----|-----|
| A - | A + |
|-----|-----|

Em debate sobre novo Plano Nacional de Educação, membros da CE e debatedores destacam necessidade de mais ações, e não apenas intenções, para que o país conquiste excelência no ensino público em todos os níveis

Entre os senadores Roberto Requião e Cristovam Buarque, o representante do MEC, Carlos Abicalil

A educação precisa de soluções mais arrojadas que aquelas previstas nas diretrizes e metas estabelecidas pelo governo para os próximos dez anos. O ponto de vista foi compartilhado por senadores na abertura do ciclo de debates sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE) realizada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

- Lamentavelmente, temos um plano de intenções e não de ações concretas - opinou Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-ministro da Educação no governo Lula.

O próximo PNE (2011-2020) começou a tramitar na Câmara dos Deputados em dezembro passado, mas logo veio o recesso de fim de ano. Como a discussão só está começando efetivamente agora, há o receio de que a matéria demore a chegar ao Senado e que a Casa seja forçada a votar o texto às pressas, sem tempo para exame mais aprofundado.

- Precisamos ter cuidado porque, como sempre, poderá haver pressão sobre o Senado, que certamente terá interesse em contribuir com o projeto, e isso pode ser entendido como quem está atrapalhando - observou o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), ex-secretário estadual de Educação.

A proposta do governo prevê a universalização do ensino fundamental até 2016, a duplicação das matrículas no ensino profissional técnico de nível médio e a ampliação das vagas no ensino superior público e no acesso à educação infantil. Além disso, acena com melhorias nos indicadores de desempenho educacional e nas condições de trabalho, salários e carreira dos profissionais de educação.

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA), professora da rede pública de ensino no Pará, fez um balanço negativo da execução do atual PNE. Segundo ela, apenas um terço das metas foi cumprido em dez anos. No atendimento em creche, por exemplo, apenas 18,4% das crianças de zero a três anos estavam matriculadas em 2009. O país tinha 85,2% de seus jovens na escola, mas apenas 50,9% no ensino médio. Além disso, 9,7% da população acima de 15 anos ainda era analfabeta.

Clipping

CNTE

04/05/2011 - Escolas brasileiras criam e perpetuam preconceitos e discriminações de minorias, avaliam especialistas

✧ Data: 04/05/2011
✧ Veículo: AGÊNCIA BRASIL
✧ Editoria: NOTÍCIAS
✧ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Gilberto Costa

Brasília - O ambiente escolar é um espaço para o surgimento de atitudes sexistas e homofóbicas. Esta é uma das conclusões tiradas da audiência pública sobre preconceitos e discriminações na educação brasileira, realizada hoje (4) na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

"Além de reproduzir a escola cria homofobia", disse a coordenadora do Projeto Escola sem Homofobia, da organização não governamental (ONG) Ecos - Comunicação em Sexualidade, Maria Helena Franco. "Não é mais adiante, mas é ali que está se criando o preconceito", completou.

Na opinião de Helena Franco, os professores brasileiros não são preparados para lidar com o tema em sala de aula e não dispõem de material didático que possa auxiliá-los. "Material sobre a temática praticamente não existe", disse após apresentar aos parlamentares um kit com livro, vídeos, boletins e cartaz que podem ser usados na escola em apoio à implantação do chamado "projeto político pedagógico", que orienta o ensino.

O material elaborado pela ONG está em análise na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad, do Ministério da Educação (MEC), para ser replicado e incluído na grade de distribuição de material educativo do MEC. Segundo Helena Franco, o ministério já recebeu cerca de 1.500 pedidos do material que não está disponível na internet. A princípio, o material será distribuído a docentes do ensino médio, "mas pode ser usado por professores do ensino fundamental", disse.

Situações de homofobia são verificadas, por exemplo, em situações de constrangimento, o bullying, que pode causar danos morais a quem sofre com comportamentos agressivos (físico ou verbal) recorrentes.

Uma pesquisa de 2009, apresentada pela ONG Plan Brasil, e publicada pelo Ministério Público do Maranhão, feita com 5.168 alunos de 25 escolas públicas e particulares de todas as regiões brasileiras, mostrou que sete em cada dez estudantes de diversas faixas etárias presenciaram cenas de agressões entre colegas. As principais vítimas são os meninos: 34,5% disseram ser vítimas de maus-tratos.

A situação dos meninos na escola começa a preocupar também pela questão de gênero, tradicionalmente associada à discriminação de mulheres. A pesquisadora Denise Carreira, da ONG Ação Educativa salienta que os meninos, especialmente os negros, abandonam a escola mais que as meninas.

Apesar desse dado e do fato de as mulheres já terem em média maior escolaridade que o homem, o mercado de trabalho é menos favorável a elas, que recebem salários menores. Para Denise Carreira, isso tem a ver com as vocações que são estimuladas na escola e as carreiras às quais acabam se dedicando.

"A educação sexista define que as mulheres são boas para isso, e não são boas para aquilo", afirmou ao lembrar que o mau desempenho em ciências e matemática tem a ver com a falta de estímulo para que, no futuro, ocupem áreas de exatas. "Ainda hoje temos profissões ditas masculinas e profissões ditas femininas", como as áreas sociais e de cuidados (professoras, assistentes sociais, saúde), com baixa remuneração. "É fundamental questionar a educação que estabelece papéis para homens e mulheres", recomendou.

Clipping

CNTE

Piso e estímulo à carreira de professor são destacados

▷ Data: 05/05/2011
▷ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
▷ Editoria: COMISSÕES
▷ Assunto principal: CNTE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Algumas diretrizes do PNE tiveram sua importância reconhecida pelos debatedores, como as que apontam para a valorização dos profissionais da educação, numa perspectiva que envolve piso salarial nacional, progressão na carreira e formação inicial e continuada. Para o professor Célio da Cunha, o piso salarial da categoria deve ser fixado em padrões correspondentes à importância social da classe.

- Nenhum país avança se não garantir aos professores o reconhecimento de uma profissão dignificada - afirmou Cunha.

Outro ponto abordado foi a busca de mecanismos de responsabilização para comprometer os gestores com o cumprimento das metas. De acordo com o senador Cristovam Buarque, mecanismos desse tipo estão ausentes, numa falha em que o novo plano "repete o velho PNE".

O secretário de Educação Especial do Ministério da Educação, Carlos Abicalil, defendeu o PNE. Para ele, o plano é capaz de colocar a educação em status muito superior. Dessa vez, observou, trata-se de um plano para um "sistema nacional de educação", enquanto os anteriores estabeleciam diretrizes em separado para União, estados e municípios.

Houve ainda considerações de que seria preciso aumentar os recursos para a educação. O plano indica uma elevação dos investimentos, dos atuais 5% do produto interno bruto (PIB) para 7%. A secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (**CNTE**), Marta Vanelli, defendeu 10% do PIB já em 2014 e ainda 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal somente para a educação. No entender de Cristovam, dinheiro, apenas, não resolve os problemas do ensino. Ele cobrou aprimoramentos de gestão. Célio da Cunha chegou a sugerir a criação de um conselho nacional de gestão, com representantes dos três níveis de governo.

Marta Vanelli admitiu que a proposta conta com o respaldo de ampla base social representada na mais recente Conferência Nacional de Educação (Conae). No entanto, ela avaliou que o projeto merece ampla discussão no Congresso, para refletir mais apropriadamente as deliberações do encontro. A **CNTE** defende a institucionalização de mecanismos de gestão democrática do ensino e de controle social para assegurar o cumprimento das metas.



CLIPPING

| | | |
|--|-------------------------|-----------------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Brasil | Data: 4/5/11 |
| Assunto: Aprovado aumento de carga horária e de frequência mínima do ensino básico | | Página: online |

Aprovado aumento de carga horária e de frequência mínima do ensino básico

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) aprovou na terça-feira (3) o PLS 388/07, projeto de lei que aumenta de 800 para 960 horas a carga horária mínima anual do ensino básico - que é formado pelos níveis fundamental e médio. Essa proposta continuará sua tramitação, agora, na Câmara dos Deputados. Apresentado em 2007 pelo ex-senador Wilson Matos, o projeto recebeu parecer favorável do senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

Juntamente com essa matéria, a comissão aprovou em Turno Suplementar outro projeto de Wilson Matos: o PLS 385/07, que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação no ensino básico: de 75% para 80% do total de horas letivas.

Originalmente, previa-se uma frequência mínima de 90%, mas o texto foi modificado pelo parecer do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Essa proposta também será enviada à Câmara. Ambos os projetos alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996).



CLIPPING

| | | |
|--|---------------------------|------------------------|
| Veículo: G1 | Editoria: Educação | Data: 4/05/2011 |
| Assunto: Diretrizes de educação flexibilizam definição de grade do ensino médio | | Página: online |

Diretrizes de educação flexibilizam definição de grade do ensino médio

Pelo projeto, cada escola definiria seu currículo a partir da vocação regional. Para entrar em vigor, diretrizes têm de ser homologadas pelo MEC.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou nesta quarta-feira (4), por unanimidade, as novas diretrizes do ensino médio, que devem trazer mudanças nas escolas brasileiras, públicas e privadas. As diretrizes - que precisam ser homologadas pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, para entrar em vigor - pretendem conferir mais autonomia e flexibilidade às escolas na definição da grade curricular e permitir que os estudantes de ensino médio noturno tenham mais tempo para concluir os estudos.

Entre os pontos defendidos pelo conselho está a montagem do projeto político-pedagógico a partir de quatro áreas de atuação - ciência, tecnologia, cultura e trabalho. Cada escola escolheria a sua vocação, por meio do "diálogo" entre corpo docente, alunos, redes de ensino e as comunidades locais. Uma escola de uma região industrial, por exemplo, poderia focar a área de tecnologia, abrindo mais espaço às disciplinas de física e química, sem deixar de lado outras matérias, como língua portuguesa e história.

"O ensino médio tem de ser entendido como uma etapa final da educação básica, capaz de atender ao projeto de vida das pessoas", defende o conselheiro José Fernandes de Lima, relator das diretrizes. "Ele não é o trampolim para a universidade, pode preparar para a universidade, mas essa não é a sua única missão. Tem de preparar para a vida, servir para o mundo do trabalho e da cidadania; deve ter uma unidade, mas para que seja aplicado em todo o Brasil é preciso que seja flexível".

A definição das novas diretrizes surge uma semana após o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que visa a formar mão de obra qualificada por meio de capacitação técnica e profissional de alunos do ensino médio, além de beneficiários do Bolsa-Família e reincidentes do seguro-desemprego. Enquanto isso, uma comissão especial na Câmara trata do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê metas para ser atingidas até 2020



CLIPPING

| | | |
|--|---------------------------|------------------------|
| Veículo: G1 | Editoria: Educação | Data: 4/05/2011 |
| Assunto: Diretrizes de educação flexibilizam definição de grade do ensino médio | | Página: online |

Universidades têm até 20 de maio para aderir ao ProUni do 2º semestre

Instituições que já participam do programa devem renovar adesão. Editais de seleção devem trazer vagas destinadas ao ProUni.

Do G1, em São Paulo

Instituições de ensino superior têm até 20 de maio para aderir ao Programa Universidade para Todos (ProUni) do segundo semestre deste ano, segundo portaria publicada pelo Ministério da Educação no “Diário Oficial da União” desta quarta-feira (4). Universidades que já oferecem bolsas devem emitir termo aditivo ao processo seletivo do próximo semestre.

A adesão deve ser feita pelo Sistema Informatizado do Prouni (SisProUni) ([link para o site](#)).

Segundo o texto, as universidades devem informar, nos editais de seus processos seletivos, o número de vagas destinadas a bolsas integrais e parciais do Prouni em todos os cursos e turnos, em cada local de oferta de cursos.

Programa

Podem se candidatar às bolsas integrais estudantes com renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. As bolsas parciais são destinadas a candidatos com renda familiar de até três salários mínimos por pessoa. Além de ter feito o Enem e ter alcançado a pontuação mínima, o candidato deve ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou em escola particular na condição de bolsista integral.

Professores da rede pública de ensino básico, que concorrem à bolsa em curso de licenciatura, normal superior ou pedagogia, não precisam cumprir o critério de renda, desde que estejam em efetivo exercício e integrem o quadro permanente da escola. Desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2010, o programa atendeu 748 mil estudantes, segundo o MEC.



CLIPPING

| | | |
|---|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: O Estado de São Paulo | Editoria: Educação | Data: 05/05/2011 |
| Assunto: CNE aprova mudanças no ensino médio | | Página: online |

CNE aprova mudanças no ensino médio

Escolas públicas e particulares poderão optar entre manter grade curricular atual e adotar modelo dividido em áreas de atuação - ciência, tecnologia, cultura e trabalho -, com ênfase nas disciplinas da área escolhida

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou ontem, por unanimidade, as novas diretrizes do ensino médio, que devem trazer mudanças nas escolas públicas e privadas.

As diretrizes - que precisam ser homologadas pelo ministro da Educação, Fernando Haddad - pretendem conferir mais autonomia e flexibilidade às escolas na definição da grade curricular e permitir que os estudantes de ensino médio noturno tenham mais tempo para concluir os estudos.

Na prática, cada escola pode optar entre manter a grade curricular tradicional e a montagem do projeto político-pedagógico a partir de quatro áreas de atuação - ciência, tecnologia, cultura e trabalho. Cada escola escolheria a sua vocação, por meio do "diálogo" entre corpo docente, alunos, redes de ensino e as comunidades locais. Uma escola de uma região industrial, por exemplo, poderia enfatizar a área de tecnologia, abrindo mais espaço às disciplinas de física e química, sem deixar de lado outras matérias, como língua portuguesa e história.

"O ensino médio tem de ser entendido como uma etapa final da educação básica, capaz de atender ao projeto de vida das pessoas", diz o conselheiro José Fernandes de Lima, relator das diretrizes.

Hoje, o ensino médio é visto como a etapa mais problemática da educação básica, com altos índices de evasão. Uma pesquisa de 2009 baseada em dados do IBGE mostrou que 40% dos jovens de 15 a 17 anos abandonam a escola por desinteresse e 27%, por razões de trabalho e renda.

A definição das novas diretrizes surge uma semana após o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que visa a formar mão de obra qualificada por meio de capacitação técnica e profissional de alunos do ensino médio, além de beneficiários do Bolsa-Família e reincidentes do seguro-desemprego.



CLIPPING

| | | |
|---|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: O Estado de São Paulo | Editoria: Educação | Data: 05/05/2011 |
| Assunto: Novo ensino médio visa ao mercado de trabalho | | Página: online |

Novo ensino médio visa ao mercado de trabalho

Intenção do Conselho Nacional de Educação é priorizar temas mais "úteis"

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Uma escola mais integrada com as demandas do mercado de trabalho, que atenda às reivindicações da sociedade, torne-se mais atraente aos estudantes e seja livre de comodismos. Esse é o cenário desenhado pelas novas diretrizes do ensino médio, aprovadas ontem pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O objetivo é aproximar a escola da experiência pessoal do aluno, garantindo-lhe uma formação mais abrangente.



Dida Sampaio/AE

Novo caminho. José Fernandes de Lima (esq.), relator das diretrizes do ensino médio, participa de reunião do Conselho Nacional de Educação

"É preciso que o jovem identifique os assuntos tratados com o seu projeto de vida", diz o conselheiro José Fernandes de Lima, relator das diretrizes, que espera a homologação das normas pelo ministro Fernando Haddad até junho.

Segundo as novas diretrizes, o ensino médio deve ser estruturado a partir de quatro áreas de atuação - ciência, tecnologia, cultura e trabalho. Em termos práticos, uma escola de uma região turística poderia escolher a área de cultura como eixo de atuação, dando mais espaço na grade às disciplinas de história e geografia, por exemplo. As demais disciplinas também poderiam ser ministradas seguindo esse viés.

Vocação. O conselheiro, no entanto, admite que a escolha de uma "vocação" pode adquirir contornos problemáticos - como conciliar, por exemplo, os interesses de pessoas com diferentes projetos de vida? E no caso de municípios com uma rede



mínima, como garantir que cada aluno seja contemplado pela "área de atuação" de seu interesse? "Se num único lugar só há uma escola, não se pode afunilar demais."

As novas diretrizes também permitem que os alunos do ensino médio noturno tenham mais tempo para concluir os estudos. Hoje, a duração é de três anos. O texto não estabelece um teto, mas a medida visa a diluir o mínimo de 2,4 mil horas do total de curso em um intervalo de tempo maior. Como muitos estudantes dos cursos noturnos conciliam a rotina de trabalho com o período de aula, chegam atrasados e cansados às salas. A saída, nesses casos, seria ter menos aulas por dia e concluir o ensino médio em um prazo maior.

Outra possibilidade garantida pelas diretrizes é a realização de aulas não presenciais para o ensino médio noturno. As classes a distância teriam um limite: não poderiam representar mais que 20% do total de aulas.

Dados do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), de 2009, mostram que os alunos do ensino médio estão estagnados no desconhecimento, sem conseguir, por exemplo, identificar a ideia principal de um texto ou associar que metade é 50%. Eles receberam nota 3,6, numa escala de 0 a 10 - apenas 0,1 superior à obtida em 2007.

Problemas

Um estudo realizado em 2009 revelou que 10,9% dos jovens entre 15 e 17 anos deixam de estudar por falta de acesso e 21,7% o fazem por motivos diversos, entre os quais a gravidez precoce.

MUDANÇAS

Flexibilidade no currículo

Cada escola vai poder optar entre manter a grade curricular tradicional e a montagem do projeto político-pedagógico a partir de quatro áreas de atuação - ciência, tecnologia, cultura e trabalho.

Cursos noturnos

A ideia é que as escolas com cursos noturnos tenham uma parte de sua carga horária de forma não presencial, com aulas e atividades à distância. O conselho também aprovou a possibilidade de o aluno concluir o ensino médio um período maior do que três anos, prazo máximo definido atualmente.



CLIPPING

| | | |
|---|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: O Estado de São Paulo | Editoria: Educação | Data: 05/05/2011 |
| Assunto: Especialistas reagem com cautela às diretrizes do CNE | | Página: online |

Especialistas reagem com cautela às diretrizes do CNE

Educadores dizem que propostas são positivas, mas reformas vão depender da organização das redes de ensino

Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo

Educadores e especialistas em ensino médio ouvidos pelo Estado consideram positivas as propostas do Conselho Nacional de Educação (CNE) para essa etapa da educação básica, mas com algumas ressalvas. Segundo eles, alguns pontos, para serem efetivados, dependem principalmente da organização das redes de ensino.

"As diretrizes, com esse menu de escolhas de áreas temáticas, oferecem ao aluno a possibilidade de antecipar essa fase de transição para o mercado de trabalho", explica o economista e especialista em ensino médio da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri. "O ensino médio de hoje é genérico demais. A escola tem de ser atrativa para o aluno que quer frequentar o mercado de trabalho."

Para Neri, a mudança deveria ocorrer não em nível nacional, mas estadual. "A única coisa que me assusta um pouco é a rapidez dessa mudança. O ideal seria aplicar essa flexibilização em alguns Estados, primeiramente."

Anna Helena Altenfelder, superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), também vê as propostas com cautela. "Repensar o ensino médio é urgente e isso passa pela reinvenção do currículo. A iniciativa é importante", afirma.

Entretanto, ela acha que a ênfase em uma área específica na escola pode acabar excluindo alunos que não se interessem por essas disciplinas. "A flexibilização pode resolver a motivação, mas pode provocar também um desinteresse. Será que os alunos vão poder optar? Isso é complicado de organizar."

Tanto ela como Neri veem como positiva a ideia de aumentar o tempo em que seria possível concluir o ensino médio noturno, diminuindo a carga horária diária dos alunos. "A princípio, isso pode ser interessante para o estudante", diz Anna Helena.

Wanda Engel, especialista em ensino médio do Instituto Unibanco, acha que, apesar de positivas, as novas diretrizes não vão solucionar os problemas crônicos dessa etapa da educação básica brasileira. "É um avanço grande, mas não acho que resolverá a questão da evasão, por exemplo. Nenhuma ação específica soluciona um problema de



grande complexidade, como é o caso", afirma. "Focar em áreas específicas exige a reformatação dos professores que darão essas aulas. Isso implica em outro problema: vai faltar professor."

Ela é contra as medidas para o noturno. "Isso vai incentivar ainda mais a ida de alunos para esse período, o que é prejudicial."

Distância. Para o educador e presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), Fredric Litto, a inserção de uma possível carga horária não presencial é válida, mas critica o limite de aulas. "Muitos alunos têm maturidade, já nessa idade, para fazer educação a distância", afirma. "No entanto, acho errado limitar a 20% da grade. Muitos jovens no Brasil precisam trabalhar e estudar ao mesmo tempo. O ensino a distância oferece flexibilidade e conveniência nesse sentido."



CLIPPING

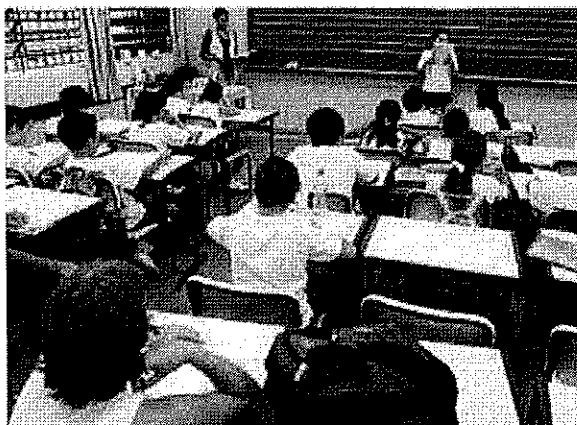
| | | |
|---|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: O Estado de São Paulo | Editoria: Educação | Data: 05/05/2011 |
| Assunto: Comissão amplia carga horária dos ensinos fundamental e médio | | Página: online |

Comissão amplia carga horária dos ensinos fundamental e médio

Número mínimo de horas na escola poderá subir de 800 para 960 ao ano; proposta segue direto para a Câmara

Eduardo Bresciani / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A Comissão de Educação do Senado aprovou ontem um projeto que aumenta em 20% a carga horária mínima anual nos ensinos fundamental e médio. Como a proposta tem caráter terminativo, seguirá direto para a Câmara, salvo se houver recurso para votação no plenário no Senado.



Jonne Roriz/AE-27/3/2009

Na sala. Frequência mínima subiria para 80% das aulas

Pelo projeto, a carga horária mínima subiria de 800 horas para 960 por ano. Essa carga teria de ser dividida em pelo menos 200 dias letivos, conta que exclui os dias dedicados a provas finais. As escolas teriam prazo para realizar a mudança. Segundo o projeto, a lei entraria em vigor no dia 1.º de janeiro do segundo ano letivo depois da sanção.

O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), destaca que o Plano Nacional de Educação, enviado ao Congresso pelo governo federal, propõe como meta até 2020 ter metade das escolas em ensino integral.

Para ele, o projeto que amplia a carga horária ajudaria este objetivo. "Enquanto não se chega ao ideal da escola de tempo integral, os governos municipais e estaduais podem se preparar para a sua implementação gradual."



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

Frequência. A Comissão de Educação aprovou ainda outra proposta que pode alterar diretamente a vida dos alunos. O projeto amplia a frequência mínima exigida nos ensinos fundamental e médio. Atualmente, o aluno precisa comparecer a pelo menos 75% das aulas. Com o texto aprovado pela comissão, o percentual sobe para 80%. A proposta também tem caráter terminativo e deve seguir para a Câmara.

O relator, Inácio Arruda (PC do B-CE), recusou a proposta inicial de elevar a exigência de frequência para 85%. Ele argumentou que é preciso dar "margem de manobra para eventuais faltas que se mostrem necessárias". Arruda argumentou ainda que uma elevação excessiva da exigência pode afastar da escola alunos que trabalham. O texto aprovado prevê que a frequência mínima de 80% passe a valer no ano seguinte ao da sanção da lei.